

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Apresentamos o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes da Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários.

Desempenho Econômico e Financeiro

No decorrer do 1º semestre de 2018, os resultados da Kredilig S.A. - CFI apresentaram as seguintes evoluções em relação ao mesmo período do ano anterior:
• Lucro líquido de R\$ 12,93 milhões, resultado 12,5% superior ao 1º semestre do ano anterior e correspondente a uma rentabilidade de 11,0% sobre o patrimônio líquido.

- Os ativos representam R\$ 248,59 milhões, evolução de 12,2%;
- A atividade de crédito continuou em expansão, com crescimento de 29,3% da carteira;
- As receitas de operações de crédito evoluíram 20,4%, totalizando R\$ 57,10 milhões.

Processos Internos

A Kredilig S.A. - CFI tem constituído uma área específica para gestão de riscos e controles, contando com um diretor e gestores com atribuições e responsabilidades definidas, em consonância às melhores práticas adotadas no mercado. Os recursos são captados em operações de depósitos a prazo e aceites cambiais, junto aos seus acionistas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação.

A responsabilidade social está presente na filosofia da Instituição. Por isso, durante o ano de 2018, a Kredilig S.A. - CFI manteve a contribuição para significativos projetos sociais.

Responsabilidade Social

Considerações Finais

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, agradecendo a participação dos colaboradores, clientes e parceiros comerciais.

Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

ATIVO	Nota	2018		2017	
		228.377	206.286	228.377	206.286
CIRCULANTE		228.377	206.286	228.377	206.286
Disponibilidades		78	75	78	75
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	37.803	59.371	37.803	59.371
Aplicações no mercado aberto		37.803	59.371	37.803	59.371
Títulos e valores mobiliários	6	2.298	2.140	2.298	2.140
Carteira própria		2.298	2.140	2.298	2.140
Operações de crédito	7	154.916	120.196	154.916	120.196
Setor privado		176.458	138.825	176.458	138.825
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(21.542)	(18.629)	(21.542)	(18.629)
Outros créditos		33.171	24.418	33.171	24.418
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	7	33.171	24.319	33.171	24.319
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(1.771)	(1.399)	(1.771)	(1.399)
Diversos	8	1.771	1.498	1.771	1.498
Outros valores e bens		111	86	111	86
Despesas antecipadas		111	86	111	86
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		20.036	15.061	20.036	15.061
Operações de crédito	7	16.459	11.003	16.459	11.003
Setor privado		18.940	13.500	18.940	13.500
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.481)	(2.497)	(2.481)	(2.497)
Outros créditos		3.577	4.058	3.577	4.058
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	7	329	355	329	355
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(4)	-	(4)	-
Diversos	16.b	3.252	3.703	3.252	3.703
PERMANENTE		180	155	180	155
Imobilização de uso	3.f	180	155	180	155
Outras imobilizações de uso		473	412	473	412
(-) Depreciações acumuladas		(293)	(257)	(293)	(257)

PASSIVO	Nota	2018		2017	
		43.524	92.546	43.524	92.546
CIRCULANTE		43.524	92.546	43.524	92.546
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	528	61.430	528	61.430
Recursos de aceites cambiais		528	61.430	528	61.430
Outras obrigações		42.996	31.116	42.996	31.116
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		94	123	94	123
Sociais e estatutárias		2.858	420	2.858	420
Fiscais e previdenciárias		8.334	7.285	8.334	7.285
Diversas	11	31.710	23.288	31.710	23.288
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		87.329	25.328	87.329	25.328
Depósitos	9	14.775	13.586	14.775	13.586
Depósitos a prazo		14.775	13.586	14.775	13.586
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	72.177	11.457	72.177	11.457
Recursos de aceites cambiais		72.177	11.457	72.177	11.457
Outras obrigações	11	377	285	377	285
Diversas	11	377	285	377	285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.740	103.628	117.740	103.628
Capital de domiciliação no País		66.000	66.000	66.000	66.000
Reserva de lucros		38.810	26.139	38.810	26.139
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(1)	-	(1)
Lucros acumulados		12.930	11.490	12.930	11.490

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

	Nota	2018		2017	
		58.213	50.810	58.213	50.810
Receitas da intermediação financeira		58.213	50.810	58.213	50.810
Operações de crédito	14	57.097	47.419	57.097	47.419
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.045	3.276	1.045	3.276
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		71	115	71	115
Despesas da intermediação financeira		(13.589)	(14.599)	(13.589)	(14.599)
Operações de captações no mercado		(3.152)	(5.695)	(3.152)	(5.695)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(10.437)	(8.904)	(10.437)	(8.904)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		44.624	36.211	44.624	36.211
Outras despesas operacionais		(21.198)	(15.431)	(21.198)	(15.431)
Outras receitas operacionais		296	207	296	207
Despesas de pessoal		(1.533)	(1.357)	(1.533)	(1.357)
Outras despesas administrativas	15	(17.178)	(11.870)	(17.178)	(11.870)
Despesas tributárias		(2.417)	(1.934)	(2.417)	(1.934)
Outras despesas operacionais		(366)	(477)	(366)	(477)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		23.426	20.780	23.426	20.780
Imposto de renda e contribuição social		(10.496)	(9.290)	(10.496)	(9.290)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		12.930	11.490	12.930	11.490
Número de ações (em lotes de mil)		5.000	5.000	5.000	5.000
Lucro líquido por ação (em reais)		2,59	2,30	2,59	2,30

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

	2018		2017	
	12.930	11.490	12.930	11.490
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		12.930	11.490	11.490
Lucro líquido do semestre		12.930	11.490	11.490
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		-	-	-
Depreciação		26	27	27
Juros de captação		3.095	5.630	5.630
Tributos diferidos		5	240	240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.581	(561)	(561)
Lucro líquido ajustado		17.661	16.828	16.828
Redução (aumento) nos ativos:		-	-	-
Títulos e valores mobiliários		(70)	(115)	(115)
Operações de crédito		(10.520)	1.311	1.311
Outros créditos		(139)	(393)	(393)
Outros valores e bens		(75)	(53)	(53)
Aumento (redução) nos passivos:		(10.804)	750	750
Outras obrigações		9.412	12.192	12.192
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.644)	(11.219)	(11.219)
Juros pagos de captação		(14.523)	(7.793)	(7.793)
		(16.755)	(6.820)	(6.820)

(Em milhares de reais)

	2018		2017	
	(9.898)	(10.758)	(9.898)	(10.758)
Recursos líquidos provenientes (utilizados nas) atividades operacionais		(9.898)	(10.758)	(10.758)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(60)	(82)	(82)
Adições ao ativo permanente		(60)	(82)	(82)
Recursos líquidos provenientes (utilizados nas) atividades de investimentos		(60)	(82)	(82)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		47.341	19.243	19.243
Recursos captados		(30.358)	(14.993)	(14.993)
Recursos pagos de captação		(8.522)	(14.865)	(14.865)
Dividendos e juros sobre o capital pagos		8.461	(10.615)	(10.615)
Recursos líquidos provenientes (utilizados nas) atividades de financiamento		(8.461)	(10.615)	(10.615)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES		(1.497)	61	61
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		39.378	59.385	59.385
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		37.881	59.446	59.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

necessidade de capital. Em 30 de junho de 2018, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, conforme segue:

	2018	2017
Risco de crédito (RWARCSIMP)	48.249	17.093
Risco operacional (RWAROSIMP)	5.146	12.226
Ativos ponderados pelo risco (RWAS5)	53.395	29.319
Parcela Rban	2.146	1.595
Patrimônio de referência (PR5)	117.588	103.628
Margem para o limite de Basileia	62.147	72.714
Índice de Basileia (PR x 100) / (RWA / 17%)	37,47%	32,69%

Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição. Em fevereiro de 2018, a Kredilig S.A. - CFI fez a opção ao enquadramento do segmento S5, por manter perfil de risco simplificado.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Referem-se a valores aplicados em operações compromissadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional, com remuneração baseada na taxa selic, a qual foi resgatada integralmente em 2 de julho de 2018.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro, emitidas em 9 de janeiro de 2015, com vencimentos em 1º de março de 2021, as quais estão custodiadas pelo Banco Bradesco e indexadas à taxa selic.

Tais títulos estão classificados como disponíveis para venda, conforme Circular Bacen nº 3.068/01 e estão registrados pelo valor de mercado, conforme preço de negociação divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pelo Banco Central do Brasil.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
São realizadas com vencimentos mensais e acrescidas de juros contratuais. As garantias são estipuladas em contrato. As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento e ramo de atividade, conforme segue:

TOTAL DO ATIVO		248.593	221.502	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.593	221.502
----------------	--	---------	---------	---------------------------------------	--	---------	---------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

	Reservas de lucros					Total
	Capital realizado	Legal	Estatutária	Ajuste valor de mercado	Lucros acumulados	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	66.000	3.040	23.099	(2)	-	97.067
Dividendos aprovados em AGO	-	-	-	-	-	(4.930)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1	11.490	11.491
EM 30 DE JUNHO DE 2017	66.000	3.040	23.099	(1)	11.490	103.628
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	66.000	4.291	34.519	-	-	110.250
Dividendos aprovados em AGO	-	-	-	-	-	(5.440)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	12.930	12.930
EM 30 DE JUNHO DE 2018	66.000	4.291	34.519	-	12.930	117.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento está devidamente regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Sua matriz está localizada na Rua Jerônimo Coelho, 192, em Florianópolis, Santa Catarina. A Instituição tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a aplicação de recursos próprios e de terceiros, conforme previsto na legislação pertinente. Atualmente, oferece como seus principais produtos o crédito direto ao consumidor, empréstimo pessoal, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e desconto de recebíveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e estão em conformidade com o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN 4.424/15. Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Kredilig S.A. - CFI. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de agosto de 2018.

Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apropriação de receitas e despesas - São reconhecidas pelo regime de competência em que incorrem.

Continuação >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Classificação por prazo de vencimento

	2018				Total
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	
Empréstimos e títulos descontados	8.683	32.977	41.888	9.633	93.181
Financiamentos	6.023	36.510	50.377	9.307	102.217
Outros créditos	2.046	15.602	15.523	329	33.500
Total antes da PCLD	<u>16.752</u>	<u>85.089</u>	<u>107.788</u>	<u>19.269</u>	<u>228.898</u>

	2017				Total
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	
Empréstimos e títulos descontados	6.405	25.099	30.930	7.400	69.834
Financiamentos	5.495	30.112	40.784	6.100	82.491
Outros créditos	1.698	11.255	11.366	355	24.674
Total antes da PCLD	<u>13.598</u>	<u>66.466</u>	<u>83.080</u>	<u>13.855</u>	<u>176.999</u>

c. Classificação por atividade econômica

	2018	2017
Pessoa física	228.361	175.639
Pessoa Jurídica - Indústria	204	895
Pessoa Jurídica - Comércio	-	52
Pessoa Jurídica - Serviços	333	413

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão constituída na forma indicada na nota explicativa nº 7.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	2018	2017
Saldo inicial	24.217	23.086
Provisão constituída no período	10.437	8.904
Baixa para prejuízos no período	(8.856)	(9.465)
Saldo final	<u>25.798</u>	<u>22.525</u>

e. Operações renegociadas

	Empréstimos		Financiamentos	
	2018	2017	2018	2017
Renegociação normal	5.813	4.809	2.752	3.550
Renegociação de créditos em prejuízo	1.864	1.863	1.404	937
Total renegociado	<u>7.677</u>	<u>6.672</u>	<u>4.156</u>	<u>4.487</u>
Valores recebidos	<u>6.497</u>	<u>6.169</u>	<u>4.522</u>	<u>5.399</u>

Conforme Resolução nº 2.682/99, do CMN, os créditos renegociados são mantidos com a última avaliação de risco antes da renegociação, os créditos em prejuízo renegociados retornam para a carteira e são provisionados no nível de risco H.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 1.771 (R\$ 1.498 em 30 de junho de 2017), registrado na rubrica de "Diversos" representa, principalmente, os valores a serem repassados pelo correspondente bancário da Instituição, decorrentes de recebimentos dos contratos de empréstimos e financiamentos.

9. DEPÓSITOS A PRAZO

a. Prazos de vencimentos

	2018	2017
A vencer de 1 a 3 anos	14.240	13.586
Total longo prazo (nota 12)	<u>14.240</u>	<u>13.586</u>

Os depósitos a prazo referem-se a recibos de depósitos bancários - RDB, captadas à taxa de 121%, seguindo a variação do CDI.

b. Movimentação

Saldo 31/12/2016		
Captações no período	13.142	
Juros incorporados	444	
Saldo em 30/06/2017	<u>13.586</u>	
Juros incorporados	654	
Saldo em 31/12/2017	<u>14.240</u>	
Juros incorporados	535	
Saldo em 30/06/2018	<u>14.775</u>	

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a. Prazos de vencimentos

	2018	2017
A vencer até 3 meses	528	2.362
A vencer de 3 a 12 meses	-	59.068
Total circulante (nota 12)	<u>528</u>	<u>61.430</u>
A vencer de 1 a 3 anos	72.177	11.457
Total longo prazo (nota 12)	<u>72.177</u>	<u>11.457</u>

Total geral

	2018	2017
Os recursos de aceites cambiais e emissão de títulos referem-se a letras de câmbio, captadas à taxa de 118%, seguindo a variação do CDI.	<u>72.705</u>	<u>72.887</u>

b. Movimentação

Saldo 31/12/2016	84.366	
Captações no período	6.102	
Resgates no período	(22.786)	
Juros no período	5.185	
Saldo em 30/06/2017	<u>72.887</u>	
Captações no período	12.096	
Resgates no período	(20.654)	
Juros no período	3.356	
Saldo em 31/12/2017	<u>67.685</u>	
Captações no período	47.341	
Resgates no período	(44.882)	
Juros no período	2.561	
Saldo em 30/06/2018	<u>72.705</u>	

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

O montante de R\$ 31.710, em 30 de junho de 2018 (R\$ 23.288 em 30 de junho de 2017), registrado na rubrica de "Diversas" no passivo circulante, refere-se, principalmente aos valores a pagar ao correspondente bancário, decorrentes dos contratos de empréstimos, financiamentos de bens e compras parceladas com o cartão de crédito. Do montante de R\$ 377 registrado na rubrica "Diversas" no passivo exigível a longo prazo em 30 de junho de 2018 (R\$ 285 em 30 de junho de 2017), o montante de R\$ 116 (R\$ 90 em 30 de junho de 2017) refere-se aos passivos contingentes, provisionados em função de ações cíveis classificadas como "provável" pela assessoria jurídica em conformidade com o CPC 25. Os valores classificados como "provável" totalizam R\$ 45 em 30 de junho de 2018 (R\$ 38 em 30 de junho de 2017).

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Depósitos a prazo e letras de câmbio

Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas referem-se a depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais.

	2018	2017
Pessoas físicas (Acionistas)		
Depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais		
• Passivo circulante (notas 9 e 10)	528	61.430
• Passivo exigível a longo prazo (notas 9 e 10)	86.952	25.043
• Despesas	3.095	5.630

b. Correspondente bancário

Os saldos apresentados referem-se ao serviço de correspondente bancário prestado por Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, em conformidade com o CPC 05.

	2018	2017
Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria		
Correspondente bancário		
• Ativo circulante	1.700	1.421
• Passivo circulante	2.293	1.841
• Despesas	13.203	8.317

c. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, em 30 de junho de 2018, perfaz o montante de R\$294 (R\$276 em 30 de junho de 2017), composto principalmente pelos montantes de pró-labore, remuneração direta e auxílios alimentação e saúde.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 30 de junho de 2018 o capital social subscrito é de R\$ 66.000 (R\$ 66.000 em 30 de junho de 2017), totalmente integralizado e inteiramente pertencente a acionistas domiciliados no País, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 13,20 (treze reais e vinte centavos).

b. Dividendos

O saldo de dividendos adicionais propostos, classificados no patrimônio líquido em dezembro de 2017, foram aprovados na AGO de abril de 2018. Desta forma, foram reclassificados para o passivo e foram parcialmente liquidados ao longo do período, os valores restantes dos juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, juntamente com o valor de dividendos a pagar, estão classificados na rubrica de outras obrigações sociais e estatutárias, no balanço patrimonial.

c. Reserva estatutária

Possui o objetivo de manter a margem operacional da Instituição, compatível com o desenvolvimento das suas operações ativas, podendo atingir até 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado. Seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento e; iii) na incorporação ao capital social.

14. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RESULTADO

	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	32.092	27.349
Financiamentos	25.005	20.070
Total de receitas de operações de crédito	<u>57.097</u>	<u>47.419</u>

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Representa, principalmente, as despesas com o correspondente bancário da Instituição, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

a. Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	23.426	20.780
IR e CSLL aplicadas às alíquotas vigentes	(10.530)	(9.339)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(22)	166
Incentivos fiscais (Pat e lei Rouanet)	61	123
IR e CSLL do período	<u>(10.491)</u>	<u>(9.050)</u>

	2018	2017
Passivo fiscal diferido	(586)	(574)
Ativo fiscal diferido	581	334
IR e CSLL diferidos	(5)	(240)
IR e CSLL do período	<u>(10.496)</u>	<u>(9.290)</u>

b. Natureza dos impostos diferidos

Natureza dos créditos	Base de cálculo		IR	CSLL	2018	2017
	Total	Total				
Ativo						
PCLD - não dedutível	17.384	4.346	3.477	7.823	6.963	
Provisões passivas	116	29	23	52	41	
Passivo						
Renda de contratos renegociados de prejuízo	(10.274)	(2.568)	(2.055)	(4.623)	(3.301)	
		<u>1.807</u>	<u>1.445</u>	<u>3.252</u>	<u>3.703</u>	

Os valores acima representam o imposto de renda e a contribuição social, compostos de diferenças temporárias registradas na contabilidade, porém, não aceites fiscalmente no momento de sua constituição. Além disso, a Companhia não possui crédito tributário diferido a ser constituído.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito e recursos de aceites cambiais estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado. Em 30 de junho de 2018, a Instituição não tinha qualquer transação que envolvesse operações com derivativos.

DIRETORIA

Ronaldo Furtado Koerich - Diretor
Marcos Teixeira da Rosa - Diretor
Luiz Dela Bruna - Diretor

CONTADOR

Jhone Bruce Lee Fernandes
CRC/SC 031264/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Florianópolis - SC

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Veja a Nota 3e e Nota 7 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria - A Companhia atua, substancialmente, no segmento de crédito direto ao consumidor pessoa física, nas modalidades de empréstimos, financiamentos e concessão de crédito. A constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para atendimento da referida norma a administração da Companhia exerce julgamento sobre as premissas adotadas para mensuração e definição dos riscos de crédito aplicáveis para cada cliente, tais como situação econômico financeira, grau de endividamento, atrasos, características das garantias, e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, ao alto grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e outros

créditos com características de concessão de crédito. Avaliamos a metodologia utilizada no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o risco de crédito e a contabilização da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.